

ATA Nº 34/2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2021.-----

Ao vigésimo quarto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), às quatorze horas, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Pejuçara, situado à Rua Getúlio Vargas, 597, nesta Cidade, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2001), foi realizada Audiência Pública a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e da seguridade social referente ao Segundo Quadrimestre de 2021. Diante do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) e, desta forma, devido às recomendações legais e sanitárias de distanciamento social, a fim de atender aos princípios da gestão democrática das cidades e da transparência da gestão fiscal, que se concretizam, dentre outros instrumentos, através de oitivas à sociedade, mediante a realização de audiências públicas, realizou-se a audiência pública de forma virtual e *online* via Google Meet, mediante a disponibilização antecipada do link de acesso no site do Poder Legislativo Municipal, possibilitando a participação de quaisquer interessados na transmissão ao vivo e, ainda, foi permitida a presença de até 07 (sete) pessoas presencialmente, observada a ordem de chegada, nos termos da Resolução de Mesa nº 29, de 10 de setembro de 2021. Na oportunidade, participaram presencialmente, no Plenário da Câmara de Vereadores, apenas o Presidente da Câmara de Vereadores, vereador Francisco Luis Rui Junior, a servidora do Legislativo Estela Parussolo de Andrade, o Contador do Município, Sr. Alexandre Marques, a equipe de Informática do Poder Executivo e a Secretária Municipal da Fazenda Dulcimara Dal Forno Alves, que explanou o relatório encaminhado dentro das normativas e prazos fixados pela Lei Federal. Acompanharam, ainda, de forma remota, demais servidores do Poder Executivo, vereadores e alguns Municípios. Diante do horário acordado para iniciar a transmissão ao vivo, o Presidente da Câmara de Vereadores, Ver. Francisco Luis Rui Junior, conduziu a explanação inicial e agradeceu a presença de todos naquele ato. A Audiência foi presidida pela Secretária Municipal da Fazenda, Sra. Dulcimara Dal Forno Alves. Dando início aos trabalhos, a Sra. Dulcimara Dal Forno Alves, servidora pública e Secretária da Fazenda realizou uma breve explanação sobre a apresentação e iniciou falando que na data de hoje estaria sendo demonstrado o relatório simplificado do 2º Quadrimestre de 2021. Inicialmente foi esclarecido pela Secretária da Fazenda que os números apresentados eram originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no mural e *site* da Prefeitura, de forma que os resultados seriam apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada. Iniciada a Audiência Pública, a Secretária da Fazenda iniciou sua fala apresentando o Resultado Primário, que é o principal indicador de solvência

fiscal do setor público e tem por finalidade indicar se os gastos do Município, no atendimento das necessidades públicas são compatíveis com a sua arrecadação, além de evidenciar se a Administração Municipal consegue honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias, atentando que no cálculo do Resultado Primário são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de investimentos, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). Foi dito que no período de janeiro a agosto de 2021, o resultado primário foi de R\$ 2.651.927,35, sendo que esse valor é superior ao valor inicialmente previsto de R\$ - 59.000,00. O desempenho favorável demonstrou que as receitas primárias foram suficientes para suportar integralmente as despesas primárias. Disse que o superávit observado deveu-se, principalmente, ao comportamento positivo das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de investimentos temporários e permanentes que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ 18.907.085,75 correspondendo a 74,47% da meta prevista. Foi dito que o valor verificado foi superior às despesas primárias, representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos, que corresponderam, no mesmo período, a R\$ 16.255.158,4, de forma que os valores apresentados permitiram a obtenção de um Resultado Primário de R\$ 2.651.927,35. Na sequência, a Secretária passou à análise do comportamento global da receita que, segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2021 no montante de R\$ 31.250.000,00. Disse ainda que a receita efetivada no período de janeiro a agosto foi de R\$ 21.110.719,03, tendo sido arrecadado 67,55% da meta anual. Ainda, que o total das Receitas Correntes previsto para o período considerado de janeiro a agosto, de acordo com a previsão anual foi de R\$ 31.250.000,00 e que os valores realizados corresponderam a R\$ 21.110.719,03 correspondendo a 67,55% da meta estabelecida. Ainda, foi ressaltado que nesse grupo as receitas mais significativas são as transferências correntes, as receitas de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias, que figuraram, respectivamente, com 79,19%, 54,08% do total das receitas correntes realizadas, de modo que as receitas de impostos, taxas e contribuição de melhorias arrecadadas somaram o montante de R\$ 1.311.282,48 que, confrontada com a previsão anual de R\$ 2.402.000,00 representa uma realização de 54,59%. Foi dito que o IPTU arrecadou 82,35% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 436.000,00, sendo arrecadados R\$ 359.066,52. Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI foi dito que havia uma projeção de R\$ 500.000,00 para o ano, tendo sido obtido uma arrecadação de R\$ 189.217,92, correspondendo a 37,84% do valor previsto para 2021. Em relação ao ISS, foi dito que a arrecadação no período foi de R\$ 139.412,58, o que representa 41,25% da previsão.

Ainda, quando às taxas, apresentaram o ingresso de R\$ 203.098,65 contra uma projeção de R\$ 304.000,00, portanto, 66,81% da meta anual. Foi dito que os ingressos originados da Contribuição de Melhoria acumularam no ano o valor de R\$ 75.894,10, correspondendo a 31,75% da previsão anual. Quanto ao total das receitas tributárias líquidas, já descontada as deduções, foi dito que corresponde a R\$ 1.311.282,48, perfazendo o percentual de 54,59% do valor projetado para o exercício de 2021, que é de R\$ 2.402.000,00. E, quanto ao o desempenho das Receitas de Contribuições foi dito que acumularam no ano o valor de R\$ 291.726,93, representando 28,05% da previsão anual. Ainda, pela Secretária, foi dito que as receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes das contribuições previdenciárias e registraram uma arrecadação de R\$ 290.146,87, correspondendo a 28,73% da projeção inicial. No grupo das Transferências Correntes da União foi dito que o item mais significativo se refere às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que realizou R\$ 6.808.508,11 no período, correspondendo a 80,10% da previsão anual. Ainda foi dito que as Outras Transferências da União para aplicação em despesas correntes representam um valor de R\$ 431.626,50 e que nas Outra Transferências da União o crédito foi de R\$ 62.921,26, referente ao ICMS desoneração PLP 133/20. Nas Transferências do Estado, foi dito que deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município até o período foram de R\$ 8.051.343,61, ou seja 82,16% da expectativa anual, que é de R\$ 9.800.000,00 e que a segunda maior fonte de repasse do Estado é oriunda da arrecadação do IPVA, cuja previsão anual foi no valor de 750.000,00, sendo arrecadado 76,84%, correspondendo a R\$ 576.283,89. Quanto às transferências do FUNDEB foi dito que o Município recebeu, em razão do número de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de R\$ 2.123.412,20, representando 84,94% da previsão anual e que contribuiu, de forma compulsória para o mesmo fundo, com o valor de R\$ 3.108.407,71, correspondendo 79,52% do total previsto para o ano, de modo que a perda do FUNDEB do período foi de R\$ 984.995,51. Foi dito que as Receitas de Capital alcançaram 2,55% do projetado com o valor de amortização de empréstimos, que arrecadou 20,79% da previsão anual de R\$ 35.000,00. Passou-se, em seguida, à análise do comportamento da despesa que, considerando todas as fontes de recursos, inclusive as operações intraorçamentárias, a Despesa Total liquidada no período de janeiro a agosto de 2021 apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,89, isso significa que as despesas não superam as receitas, de modo que para cada R\$ 1,00 de receita foi gasto R\$ 0,89 de despesa, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 2.415.963,82, de modo que esse resultado da execução orçamentária contribuiu para o atingimento das metas fiscais estabelecidas para o período. Foi dito que em síntese, o total liquidado das despesas correntes foi de R\$ 17.437.098,24, correspondendo a 59,69% do valor orçado e as despesas de capital totalizaram R\$ 1.257.656,97, ou seja 49,48%

do total dos créditos autorizados. Quanto Despesas com Juros e Amortização da Dívida foi dito que os Juros e Encargos da Dívida, que englobam o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo somaram R\$ 67.942,34, correspondendo a 46,86% do total estimado para o ano. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 283.362,25 representaram um desembolso correspondente a 67,47% do total orçado. Essa ocorrência indica, então, que o Município, além de honrar com a totalidade do pagamento dos juros, também realizou amortização líquida do principal de sua dívida. Quanto aos investimentos realizados, foi dito que os investimentos realizados somaram o valor de R\$ 974.294,72, totalizando 45,91% do valor orçado para o exercício no valor de 2.121.802,75. Quanto à análise da manutenção e do desenvolvimento do ensino, foi dito que as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas pelo critério da liquidação da despesa, conforme estabelecido no Anexo I da Instrução Normativa nº 07/2019, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 4.623.179,21, o que corresponde a 27,23% da Receita de Impostos e Transferências no valor de R\$ 4.245.112,42. Foi dito que em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi deficitário em relação ao FUNDEB, de modo que a perda no valor de R\$ 984.995,51 deverá ser computado nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites. Com relação ao FUNDEB, foi dito ainda que uma parcela não inferior a 70% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, sendo que o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 1.615.756,67, o que corresponde a 75,99% dos recursos do referido fundo. Quanto às ações e serviços públicos de saúde, tomando como base as despesas liquidadas no exercício, foi dito que os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 2.883.230,64, o que corresponde a 16,98% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências, no valor de R\$ 2.547.067,45, de modo que cumprido o mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012. Quanto às Despesas com Pessoal e Encargos foi dito que a Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 06/2019, do Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. E, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (Jul/2020 até Jun/21), conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 44,60% para o Executivo e de 1,49% para o Legislativo. Foi dito que a Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses (Jul/20 até jun/21), considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 27.951.348,45. Quanto as Receitas e Despesas Previdenciárias foi dito que Conforme a Lei Municipal nº 935/2001, o Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de

aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, foi dito que as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 2.785.270,33 e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência tiveram uma liquidação total de R\$ 2.328.064,37, obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 457.205,96 o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 22.860.015,03, os quais se encontram depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos. Por fim, foi dito que os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada, de modo que fica demonstrado, assim, o atingimento das metas fiscais estabelecidas, bem como a atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Encerrada a exposição a Secretária da Fazenda e o Presidente do Legislativo deixou a palavra livre para os questionamentos. Houve participação solicitando esclarecimentos, os quais foram respondidos e esclarecidos pela Secretária da Fazenda Municipal. Não houve mais uso da palavra. Como não havia mais nada a tratar, a Secretaria Municipal da Fazenda, Dulcimara Dal Forno Alves e o Presidente da Câmara de Vereadores, Francisco Luis Rui Junior, agradeceram a presença de todos e encerraram a Audiência Pública. Para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelo Presidente da Câmara, Francisco Luis Rui Junior e pela Secretaria Municipal da Fazenda, Dulcimara Dal Forno Alves. Câmara Municipal de Vereadores de Pejuçara, em 24 de setembro de 2021.-----